

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Emergência de um discurso etno-historiográfico nos primórdios do IHGB: o caso do Brigadeiro Machado de Oliveira.

Danilo José Zioni Ferretti*

Resumo:

Busca-se estudar a emergência de um discurso etno-historiográfico sobre o indígena no interior do IHGB, na década de 1840, mediante o estudo da produção intelectual do brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira. O estudo de sua produção possibilitará compreender como se deu a articulação entre a etnologia ilustrada e a escrita de uma história da nação brasileira.

Palavras chave: Etno-historiografia, intelectuais, indianismo.

Résumé:

Nous essayon d'étudier l'émergence d'un discours éthno-historiographique a propos du sauvage à l'intérieur de l'Institut Historique et Geographique du Brésil, aux années 1840, par l'étude de l'oeuvre intellectuelle du brigadier José Joaquim Machado de Oliveira. L'analyse de sa production permettra de comprendre comment l'ethnographie illustrée s'est articulée à l'écriture d'une histoire nationale bresiliénne.

Mots-clés: Ethno-historiographie, Intellectuels, indianisme.

Conforme estudo clássico de Michèle Duchet sobre a antropologia iluminista, até meados do séc. XVIII, a criação de uma “ciência do homem”, que remeteria à antropologia, e estudos empíricos sobre a pluralidade de povos selvagens, que remeteria à etnologia, ainda não se apresentavam como áreas específicas do conhecimento, estando fundidas no interior dos discursos filosófico e histórico. Para Duchet foi por volta de 1780 que se iniciou o processo de autonomização tanto da etnologia quanto da antropologia, cujo programa passa a ser colocado em prática, com sentidos específicos, pelos ilustrados Buffon e Cornelius de Pauw, dentre outros (Duchet, 1995; Duchet, 1984). Ainda presa ao discurso histórico, a etnologia enfrentou quase um século de embates até atingir a plena autonomia epistemológica com os trabalhos de Morgam, na década de 1870. Portanto, durante a maior parte do séc. XIX etnologia e história, duas áreas do conhecimento em processo de afirmação, manteriam uma trajetória oscilante, marcada por aproximações e distanciamentos.

* Professor de História Moderna e Contemporânea na Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), doutor em História Social pela USP, conta com auxílio da Fapemig.

Se no contexto europeu da primeira metade do séc. XIX a etnologia pouco se diferenciava do saber histórico, no contexto brasileiro esta proximidade era ainda maior. Como não poderia deixar de ser, o esboço de uma produção etnológica no Brasil surge indissociável do projeto de escrita de uma história nacional elaborado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O IHGB veio marcado pelo modelo das academias letradas da ilustração, típicas dos séc. XVII e XVIII, sendo seus fundadores, em sua maioria, políticos e burocratas herdeiros do pensamento e do projeto de Império do reformismo ilustrado ibérico, atuando como líderes políticos de destaque do movimento da Independência, do Primeiro Reinado e da Regência (Guimarães, 1988; Guimarães, 1994; Fernandes, 2000:). A este corpo de burocratas ilustrados pertencia também o brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira. Nascido em São Paulo no final do séc XVIII, Machado de Oliveira projetou-se como militar, galgando postos na hierarquia durante as guerras platinas do período joanino e do imediato pós-independência, onde teve papel de destaque. Nos anos 1830, alinhou-se aos liberais moderados, participando do círculo letrado animado por Evaristo da Veiga em sua livraria à rua dos Pescadores, o que lhe valeu o posto de presidente da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, em 1834, e certamente facilitou ser nomeado, ao longo desta década, para a presidência de várias províncias (Alagoas, Pará, Espírito Santo). Com a fundação do IHGB foi logo admitido como sócio em 1840.

Por conta da composição de seus quadros, o IHGB foi profundamente marcado pela proximidade com os problemas de Estado. A instituição assumiu assim uma natureza plural, aliando o compromisso científico com outras finalidades simbólicas – dentre elas a construção de uma identidade nacional – e preponderantes funções práticas, uma vez que voltava-se à elaboração de um conhecimento utilitário que servisse de subsídio às políticas aplicadas pelo Estado monárquico, em perfeita continuidade com a concepção utilitária do trabalho intelectual característica da ilustração ibérica (Dias, 1968; Novais, 2000). Neste contexto, podemos destacar como programa cultural do IHGB a abordagem, dentre outras, da questão Indígena. Ela correspondia ao tratamento de um aspecto central para a construção do Estado nacional: a formação do povo-nação e a definição de uma identidade nacional, vista como intimamente ligada ao elemento indígena.

Assim, a elaboração de um discurso etno-historiográfico projetava-se como o meio de abordagem não somente da natureza do selvagem brasileiro mas também da forma como se deu o contato deste com o colonizador europeu. Como condições para o surgimento deste saber híbrido, desta etnografia que se manifestava a partir de uma prática historiográfica, destacavam-se dois elementos: a) a exigência prática de desenvolver uma política indigenista

que possibilitasse a incorporação do selvagem como força de trabalho e b) o imperativo simbólico da elaboração de uma identidade nacional brasileira que implicou na escrita de uma história nacional.

A política indigenista forjada no interior do IHGB estava relacionada a um investimento mais amplo do Estado monárquico em definir uma política populacional voltada à criação do povo brasileiro, entendido como conjunto de pessoas livres que serviriam como importante força de trabalho. E, de fato, a questão da mão-de-obra era um dos principais entraves sentidos pela elite política brasileira dos anos 1830 e 1840. Os homens que em 1838 fundaram o IHGB, se viam diante do dilema marcado pela necessidade de manter um tráfico transcontinental de escravos que garantia o sucesso de sua economia (ainda mais dependente do tráfico após o surto do café nos anos 1830) diante de uma cada vez mais agressiva pressão inglesa pela sua supressão. (Rodrigues,1994).

Tratado no contexto da independência de forma pioneira por José Bonifácio, o tema da substituição da força de trabalho africana marcou profundamente a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), instituição da qual se originou o IHGB(Silva, 1979,70). Do seu interior, o fundador do Instituto brigadeiro Cunha Matos, em uma memória proferida em 1837, afirmava a “inconveniência da importação da raça Africana para o Brasil(...) mas o sistema de os substituir tem dado que fazer às cabeças as mais bem arranjadas”(Matos, 1837). Como alternativa mais plausível para o problema, Cunha Matos defendia o incentivo à imigração européia e mesmo asiática. A utilização do indígena seria alternativa viável somente se houvesse uma modificação nos métodos de sua incorporação.

Esta preocupação, acalentada no interior da SAIN, seria transposta para o IHGB, marcando fortemente a produção de seus sócios ao longo do séc. XIX. Já na quarta sessão do Instituto, de 4 de fevereiro de 1839, os temas relativos ao melhor método de aldear os indígenas foram dos primeiros a serem levantados. Com o tratamento dos dois programas “Se a introdução dos Africanos no Brasil serve de embaraço à civilização dos índios” e “Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os Índios do Brasil entranhados em nossos sertões”, introduziu-se no IHGB a questão das alternativas de mão-de-obra que acabou se definindo por uma posição favorável à adoção de uma política indigenista baseada no método jesuítico de incorporação pelo cristianismo.

Na primeira memória, o fundador do IHGB propôs a substituição dos escravos negros pelos indígenas, dedicando-se a apresentar uma nova representação da natureza destes últimos. Os indígenas não seriam “tão avessos ao trabalho, como os pretendem pintar os patronos da escravidão africana, e (...) que se forem docemente chamados a um comércio

vantajoso e a uma comunicação civilizadora, teremos,(...) uma classe trabalhadora, que nos dispense a dos africanos”(Barbosa, 1839). Ao apresentar a aptidão do indígena para o trabalho e a vida civilizada, Januário Barbosa indicava o ponto em que a busca de uma política indigenista marcava a elaboração de um novo discurso sobre o indígena. Pois uma das condições para a eficácia da política indigenista estaria em mudar a visão essencialmente negativa sobre os indígenas vigente na sociedade brasileira. Não somente a literatura luso-brasileira de origem colonial apresentava a imagem de um índio “sem fé, lei ou rei”, desprovido, portanto, dos atributos mínimos para a vida civil, como um ramo importante da nascente antropologia das luzes (Buffon, De Pauw, Robertson) consolidava e difundia a imagem do indígena americano como um ser degenerado, incapaz de atingir a excelência do homem civilizado (Sousa,1986; Gerbi, 1996).

Dialogando com estas duas tradições, o desafio do discurso etnológico do IHGB seria de apresentar uma imagem positiva do indígena, questionar sua capacidade de aperfeiçoamento e de adesão à vida civilizada. As demandas de natureza político-social do Estado brasileiro definiam os limites do discurso etnográfico em gestação no IHGB, discurso este que se projetava a partir de um projeto de escrita de uma história nacional.

A etno-historiografia indianista, acalentada no interior do IHGB, não somente serviu de legitimação à política indigenista como visou também suprir a demanda de construção de uma identidade nacional brasileira por meio da escrita de uma história nacional. A reflexão empreendida no IHGB sobre o “Homem Americano”, ou seja, a sua etnologia, era parte orgânica da “História Filosófica do Brasil” que pretendiam escrever. Na segunda sessão do Instituto, a 15 de dezembro de 1838, discutiu-se sobre “quais são as verdadeiras épocas da História do Brasil”, chegando até nós a posição defendida pelo brigadeiro Cunha Mattos, idealizador do Instituto. Para aquele autor, “sejam três as épocas de nossa história: na 1ª trate-se dos aborígenes ou autóctones; em a 2ª compreendam-se as eras do descobrimento pelos portugueses e da administração colonial; e a 3ª abranjam-se os acontecimentos nacionais desde o dia em que o povo brasileiro se constituiu soberano e independente”(Mattos, 1863, 129).

O saber etnográfico, definido como aquele específico sobre os povos selvagens, à soleira do tempo histórico e da escrita, nascia no bojo de um projeto mais amplo de elaboração da história nacional, da qual corresponderia à primeira fase. Pelas características específicas desta primeira fase – “falta de monumentos bíblicos ou lapidares”, estar “enterrada embaixo de montanhas de fábulas” - seria necessário o apelo a outras disciplinas que não a história, cujo método, bem lembrava Cunha Mattos, pautava-se pela crítica conscienciosa de

fontes escritas como “monumentos, (...) diplomas legislativos, cartas imperiais ou régias, etc”(Idem, p. 138). Para reverter a falta de monumentos indígenas fazia-se necessários não somente cultivar a “ciência da lingüística” pois “é a que há de mostrar-nos a origem das tribos ou nações” como o incentivo à realização de “explorações etnográficas e arqueológicas” por nacionais que, ou encontrem restos desconhecidos destes monumentos, ou corrijam os exageros e imprecisões de naturalistas estrangeiros que “improvisaram, e até se incumbiram conhecedores de tribos que nunca viram, e de idiomas e dialetos que nunca examinaram” (Idem, p. 136). A nascente etno-historiografia do instituto afirmava-se pautada por um distanciamento crítico frente à etnologia européia com a qual, no entanto, não deixaria de dialogar.

Prova do contato com o saber europeu foi evidenciado pelo sucesso inicial das formulações do naturalista bávaro Von Martius, tão destacado pelos estudos atuais e que não deve ser tomado de forma absoluta. Já em 1841, ele é saudado por escrever ampla carta ao instituto em que revelava seu interesse pelos “estudos sobre a história primitiva dos autóctones do Brasil, e da América em geral”. Mas a sua visão não era em nada favorável a estes indígenas. Como é sabido, Von Martius filiava-se ao pessimismo antiamericanista de Buffon e De Pauw, considerava o indígena não como um ser cujo espírito estava em progresso, mas como um degenerado. Para Martius, o indígena brasileiro “viveu em tempos remotíssimos em um estado muito mais civilizado do que aquele em que [o] achamos”, tendo decaído e perdido os atributos positivos que outrora possuía (apud Barbosa, 1841, p. 523). Para Martius a decadência do indígena era entendida como algo já intrínseco à sua natureza, negando assim a sua perfectibilidade (Cunha, 1992). Uma vez que considerava que “agora se deve desprezar a possibilidade de introduzir os autóctones no círculo da civilização”, o pessimismo etnológico de Martius apontava para a inviabilidade da política indigenista defendida pelo IHGB e que, conforme vimos, representava uma de suas principais razões de ser.

Suas posições seguramente incentivaram o desenvolvimento de um debate interno ao IHGB, estabelecendo-se uma tensão em torno de uma questão central, explicitada no título de um dos capítulos de livro do poeta etnólogo Gonçalves Dias: “*Se os Americanos caminhavam para o progresso ou para a decadência*” (Dias, s/d, 202).

Machado de Oliveira foi um dos membros do IHGB que mais se dedicou a consolidar a etnografia indianista e uma imagem do indígena, se não positiva pelo menos perfectível. Em 1842 publicou o interessante relato “A celebração da paixão de Jesus Cristo entre os Guaranis”, em que aparentemente se aproximava do pessimismo de Von Martius e de

uma visão do indígena como ser degenerado. O texto apresenta sua experiência direta de contato com guaranis quando comandava tropas na fronteira gaúcha, durante a guerra contra Artigas, em 1818. Nele, o militar racionalista, representante da ilustração, evidenciava seu sentimento de repulsa diante do culto às imagens toscas, a auto-flagelação e a histeria das carpideiras, entendidos como resquícios degradados da devoção implantada pelos jesuítas nos guaranis. Por ser o primeiro texto de Machado de Oliveira, este trabalho veio marcado por profundo pessimismo quanto à possibilidade de incorporação do indígena, então visto como em “divórcio irreconciliável” com o homem branco, “que só há de desmoronar com a extinção dos indígenas” (Oliveira, 1842, p.334).

No entanto, mais importante neste trabalho foi a tendência de mostrar que o principal motivo da decadência do indígena do “seu presente” havia sido o contato com o homem europeu, decorrente da colonização. Deslocava, assim, a questão da decadência indígena do terreno da etnografia, de uma suposta natureza do selvagem americano, para o da história, marcada pelo contato violento com o colonizador, retirando assim o caráter ontológico que Von Martius procurava lhe atribuir. Machado de Oliveira resolvia, a seu modo, a questão central da etno-historiografia do IHGB, afirmando que o indígena em si não era decadente, mas tão somente o indígena de seu presente, em função da forma como os europeus e descendentes com eles se relacionaram. O autor indicava que a o “divórcio irreconciliável” entre ambas as raças era fruto de uma cadeia de dominação iniciada com a implantação da experiência “teocrática” dos jesuítas e continuada pela servidão diretamente imposta pelos seguidores portugueses. Neste trabalho, ao contrário da tendência geral do Instituto que também adotará, Machado de Oliveira não poupa os jesuítas, identificando-os como co-responsáveis por transformar os indígenas em uma “raça degenerada pelo homem civilizado”.

Neste mesmo ano de 1842 e em 1844 publica dois outros trabalhos em que se evidencia o início de uma mudança de posição, adotando uma visão menos pessimista quanto à incorporação do indígena. Os textos eram desenvolvimentos de programas levantados pelo Instituto e versavam sobre “Qual era a condição do sexo feminino entre os indígenas do Brasil” e “Se os indígenas do Brasil, conhecidos até hoje, tinham idéia de uma única Divindade”. O Instituto procurava, com estes dois programas, averiguar se o indígena era capaz de se adequar a dois pressupostos dos métodos da catequese indigenista e da vida civilizada: respectivamente, se eram aptos à vida em família e à adesão à religião cristã.

No primeiro texto, de 1842, Machado de Oliveira organizou sua argumentação visando provar a valorização da mulher pelos indígenas, entendendo esta valorização como

fator da civilização de um povo, afinal “quanto maior é a civilização de um povo, tanto mais instrutivo é o império e a influência que o belo sexo exerce sobre o outro” (Oliveira, 1842b,169). Mas isso não deve nos iludir quanto à visão que o autor apresentava dos indígenas. Ao contrário de povos civilizados, eram apresentados como “filhos da natureza selvagem”, recém saídos do estado natural, uma vez que neles a “razão e a inteligência vi[viam] sob o peso do embrutecimento normal com que saiu das mãos da natureza”(Idem,162). Mas se lhes negava inteligência, razão e valores morais desenvolvidos, Machado de Oliveira identificava sua brandura e simpatia em relação às mulheres como fruto de três princípios instintivos: o instinto de reprodução, o instinto de conservação (mulheres preparavam alimentos e cultivavam a terra) e o instinto da segurança pessoal (mulheres auxiliavam os homens nas guerras). O autor negava ainda a predominância da poligamia e defendia que, da mesma forma como o divórcio, onde existiram não significaram desprezo pelas mulheres.

Mas para nossos propósitos o texto é revelador da forma crítica como os autores brasileiros se apropriavam do saber europeu. Buscando afirmar a propensão do indígena ao sexo feminino Machado de Oliveira negava a afirmação do historiador escocês William Robertson de que “os indígenas tratavam suas mulheres com nimia frieza e indiferença” (Oliveira, 1842b, 181). Ao fazê-lo atacava toda a corrente iluminista de Bouffon e De Pauw, de quem Robertson era seguidor, e que relacionavam a falta de ardor sexual indígena ao caráter úmido e frio de um continente americano pretensamente recém emerso das águas, estando aí a fonte principal de sua inferioridade frente ao Velho Mundo (Gerbi, 1996, 21-23). Ainda que de forma não ostensiva, Machado de Oliveira inseria-se na “querela do novo mundo”, juntando sua voz ao coro de críticas feitas por cientistas europeus e membros das elites coloniais ao ramo da antropologia iluminista que negava a possibilidade de progresso ao homem da e na América.

A aposta na possibilidade de civilizar nossos bugres foi consolidada com a escrita, em 1845 da “Notícia Raciocinada sobre as aldeias de índios da Província de São Paulo”. Neste texto, Machado de Oliveira retrçou a história da relação entre colonos e índios e da elaboração da legislação indigenista do período colonial até o seu presente. Denunciou a espoliação dos índios pelo colonizador e mostrou o processo de decadência dos aldeamentos. Finalizava exortando os governantes a reconhecerem “a viva necessidade de promover e garantir a civilização e bem estar dos indígenas”(Oliveira, 1845).

Esta memória consagrou Machado de Oliveira como um dos expoentes do Instituto no que se referia à questão indígena. Foi uma das poucas obras a receber a medalha do IHGB,

conferida em 1847. O sucesso da ‘Notícia Raciocinada’ pode ser explicado pela sua conveniência como obra legitimadora do Regulamento da Missões, a única lei indigenista de caráter nacional promulgada durante o período monárquico, publicada no mesmo ano de 1845 em que foi lido o trabalho. Evidenciando as relações entre os planos do IHGB e o Regulamento das Missões, Machado de Oliveira acabou sendo indicado pelo próprio Imperador D. Pedro II, em 1846, como o primeiro Diretor Geral dos Índios da Província de S.Paulo. Assim, o autor do IHGB que mais se destacara no tratamento da temática indígena, era escolhido para pôr em prática, em sua província de nascimento, a política indigenista do Império, que ajudara direta ou indiretamente a conceber.

Bibliografia.

- BARBOSA, Januário da Cunha. Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização dos nossos indígenas, etc. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 1, 1839.
- _____. “Relatório dos trabalhos do Instituto durante o terceiro ano social”, In RIHGB, 1841.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Prólogo. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) **Legislação indigenista no séc. XIX**. São Paulo: Edusp, Comissão Pró Índio de SP, 1992.
- DIAS, A. Gonçalves. **O Brasil e a Oceania**. Paris; Garnier ed., s/d.
- DIAS, Maria Odila Leite. “Aspectos da Ilustração brasileira” Rio: Imprensa Nacional; 1968 (separata da RIHGB 278)
- DUCHET, Michèle. **Anthropologie et histoire au siècle des lumières**. Paris: Albin Michel; 1995.
- _____. **Le partage des savoirs: discours historique, discours ethnologique**. Paris: la Découverte; 1984.
- FERNANDES, Paula Porta Santos. **Elites dirigentes e projeto nacional: a formação de um corpo de funcionários do Estado no Brasil**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- GERBI, Antonello. **A disputa do Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900)**. São Paulo: Cia. das Letras; 1996.
- GUIMARÃES, Lúcia P. **Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994
- GUIMARÃES, Manuel Salgado. Nação e civilização nos trópicos. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, FGV, n.1, 1988.
- MATTOS, Raimundo J. da Cunha. “Memória Histórica sobre a população, emigração e colonização, que convém ao Império do Brasil” In *Auxiliador da Indústria Nacional*. vol 5, 1837
- _____. “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do império do Brasil”(1838), **RIHGB**, v 26, 1863
- NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Regime**”. São Paulo: Hucitec; 2000.

- OLIVEIRA, J. J. Machado d'. "*A celebração da paixão de Jesus Cristo entre os guaranis. (Episódio de m Diário das campanhas do Sul)*" In RIHGB, v.4, 1842
- _____. "*Qual era a condição do sexo feminino entre os indígenas do Brasil*" In RIHGB, V. 4, 1842.
- _____. "*Notícia Raciocinada sobre as aldeias de índios da Província de São Paulo, desde o seu começo até a atualidade.*" In RIHGB, vol 7, 1845
- RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850).** 1994. Dissertação (Mestrado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- SILVA, José Luiz Werneck . "*Isto é o que me parece. A SAIN (1827-1904) na Formação Social Brasileira. A Conjuntura de 1871 a 1877*". Niterói, (mestrado) UFF; 1979
- SOUSA. Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.